

Questão 04

O sr. ATO cinco e a sra. NAÇÃO BRASILEIRA, ambos brasileiros, casados, ele residente na praça dos 3 Poderes, Distrito Federal, e ela, prendas domésticas, residente no continente americano, latitude sul, vêm requerer a V. Exa. que se digne a deferir o seu divórcio litigioso (incompatibilidade de gêmios), observadas as formalidades legais e nos termos que se seguem:

1. Os suplicantes são casados há 9 anos, pelo regime de exceção de bens, conforme certidão inconstitucional anexa.

2. O casal possui 110 milhões de filhos, de acordo com as certidões de nascimentos anexadas a este instrumento.

3. Os filhos do casal ficarão sob a guarda da mãe, não podendo o pai nunca mais visitá-los quando lhe aprouver. Nem nos fins de semana e jamais nas férias escolares.

4. A suplicante abre mão do seu direito a pensão alimentícia, por dispor de meios próprios de subsistência, como proprietária de milhões de quilômetros quadrados.[...]

Pede deferimento,

OIAPOQUE AO CHUI, 15 de julho de 1977

(Henfil. *Cartas da mãe*, 1980.)

- a) Identifique e explique o que é o “sr. ATO cinco”.
- b) Escolha dois dos quatro artigos do “pedido de divórcio” e justifique as afirmações neles apresentadas.

RESPOSTA

- a) O “sr. Ato cinco” ao qual o autor se refere é o Ato institucional número 5 editado em 13 de dezembro de 1968.

Esta medida mergulhou o país em uma ditadura em disfarces, ao permitir que o presidente pudesse tomar medidas como: decretar o recesso do Congresso Nacional, instauração da censura prévia aos meios de comunicação, a cassação de direitos políticos dos cidadãos, além de inviabilizar os *habeas corpus* para crimes políticos, deixando os prisioneiros incomunicáveis por 30 dias.

O AI-5 institucionalizou a tortura, caracterizando esse momento histórico como os “anos de chumbo”.

- b) Artigo 1: Faz referência ao ano e publicação do AI-5, no caso 13 de dezembro de 1968. Ao citar “regime de exceção”, o artigo claramente destaca que o Ato configurou-se em um abuso, suprimindo liberdades anteriormente garantidas pela constituição e jogando o país em um incontestável regime ditatorial.

Artigo 2: A população brasileira, que na época contava 110 milhões de almas, foi submetida ao Ato de forma impositiva.

Artigo 3: O AI-5 foi suprimido por decreto do então presidente Ernesto Geisel em 15 de julho de 1977, marcando finalmente o retorno de algumas garantias, como o *habeas corpus*, motivo pelo qual os cidadãos voltavam a “guarda” da nação no artigo. A decisão de não permitir visitas representa a rejeição ao que o Ato representou na história nacional e o desejo de jamais voltar a tal condição.

Artigo 4: Ao dizer que não queria nenhuma compensação financeira, a “nação” estaria reforçando sua capacidade de seguir sua história sem tutela militar, uma vez que a estagnação do Milagre Econômico comprovou os erros dos dirigentes militares também nesse plano.

